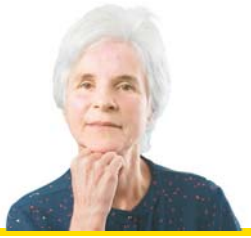

Folha Política

Betânia Santana

A guerra dos robôs e a poética da resistência

A disputa eleitoral em Pernambuco recorre a uma tática desgastada, mas perigosa: a degradação do debate público pela desinformação. A troca de acusações entre a governadora Raquel Lyra (PSD) e o ex-prefeito João Campos (PSB) não é de hoje, mas se acirrou nos últimos dias. A campanha oficialmente ainda nem começou e as hostilidades foram antecipadas. Raquel Lyra se manifestou no sábado sobre ataques. Fez até boletim de ocorrência. João Campos, ontem, recorreu a uma conversa com o presidente do TRE, desembargador Fernando Cerqueira, sobre desinformação.

Ao transformarem deepfakes de Pix e atritos no tribunal em ativos de suas narrativas, as duas principais forças do estado redefinem a campanha pelo prisma do conflito. O adversário deixa de ser um concorrente de ideias para virar alvo de aniquilamento moral, sustentados por supostos "gabinetes do ódio". A tecnologia tem servido de atalho para contornar discussões sobre os reais problemas do estado. E o eleitor quer saber disso? A escalada da desinformação afasta o debate sobre propostas concretas para o cotidiano.

Na contramão desse conflito, a candidatura do ex-vereador Ivan Moraes ganha relevância. Com poucas chances de eleger-se, estrutura plataforma de governo no formato de cordel e pretende basear o discurso no conceito do "bem viver". Não faz com isso apenas um gesto estético; propõe um reenquadramento do fazer político. Aposta na cultura como eixo de desenvolvimento. Posiciona-se como um contraponto necessário. Pode parecer utópico, mas lembra que afeto, integração e construção coletiva ainda podem ser faróis para a gestão pública.

HONRARIA DUPLA

Homenageado ontem à noite na Faculdade de Direito do Recife, e à espera de ser indicado novamente ao STF, o advogado-geral da União, Jorge Messias, lembrou a honra de já ter sido apontado pelo presidente Lula. "Nunca fiz planos para ocupar cargos públicos", diz, registrando que servir ao país no STF é uma "honraria única".

ESTRANHAMENTO

Parecia tudo pronto para o anúncio dos suplentes do candidato ao Senado Túlio Gadêlha (PSD). Minutos depois de ser divulgado, o ato foi adiado para hoje. Serão anunciados o vice-presidente do PSD, André Teixeira Filho, e a ex-deputada Dulci Amorim.

EM ABERTO

Ex-integrante do PL, o deputado Renato Antunes (Novo) elogia a disposição do deputado Mendonça Filho (PL) de disputar o Senado sem coligar para o governo. "Ele encontrou o vácuo e teve coragem de ocupar o espaço. Pernambuco precisa fazer justiça."

AFRONTA

Não basta ter o presidente da Alepe, Álvaro Porto (MDB), como mais novo adversário. É preciso aturar provocações. Ontem o parlamentar se reuniu com a deputada Maria Arraes (PSB), irmã da candidata ao Senado Marília Arraes. Todos rompidos com a pedetista.

betaniasantana@folhape.com.br /A coluna de Betania Santana é publicada de terça a sábado.

Congresso analisa "taxa das blusinhas"

Instalação da comissão mista para analisar a MP está marcada para hoje na Casa Alta. Se não for votada até setembro, medida perde a validade e taxação de 20% volta a valer

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

Iniciativa é vista como um gesto de Alcolumbre ao governo

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), convocou para hoje a sessão para instalar a comissão mista para analisar a medida provisória que acaba com o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US$ 50, a chamada "taxa das blusinhas".

A MP 1357 de 2026, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 12 de maio, precisa ser aprovada na Câmara e no Senado até o dia 8 de setembro, quando perde a validade. Caso isso aconteça, a tributação de 20% será retomada.

Como o Congresso marcou sessões de "esforço concentrado" em apenas duas semanas até as eleições, sendo a última entre os dias 31 de julho e 4 de setembro, existe a preocupação de a MP perder a validade devido à falta da instalação da comissão para analisá-la.

A iniciativa de instalar a comissão é vista como um gesto positivo do presidente do Senado ao governo federal. Vale lembrar que o presidente Lula e Alcolumbre retomaram o diálogo na última semana após o rompimento causado pela rejeição do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Crítica

A medida sofre oposição de setores empresariais, para quem a mudança favorece os concorrentes externos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a MP alegando que o texto viola princípios constitucionais como "proteção do mercado interno".

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO/PE
AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 932212

Processo Licitatório Nº 020/2026-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 016/2026. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS - EMENDA 84/2026, PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO-PE. Valor Estimado: R$ 301.904,07. Início do Acolhimento das Propostas: 12/08/2026**, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas: 25/08/2026**, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.lagoadocarro.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro/PE.
Lagoa do Carro/PE, 11/08/2026
Maria Regina Maciel de Arruda
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO/PE
AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 932212

Processo Licitatório Nº 021/2026-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 017/2026. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE INFÓRMATICA - EMENDA ESTADUAL 20/2025 PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO-PE. Valor Estimado: R$ 126.790,02. Início do Acolhimento das Propostas: 12/08/2026**, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas: 25/08/2026**, 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.lagoadocarro.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro/PE.
Lagoa do Carro/PE, 11/08/2026
Maria Regina Maciel de Arruda
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO/PE
AVISO DE LICITAÇÃO - UASG: 932212

Processo Licitatório Nº 022/2026-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 018/2026. **Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - CONFORME EMENDA 513/2026. Valor Estimado: R$ 29.358,51. Início do Acolhimento das Propostas: 12/08/2026**, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas: 25/08/2026**, 11:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.lagoadocarro.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro/PE.
Lagoa do Carro/PE, 11/08/2026
Maria Regina Maciel de Arruda
Pregoeira

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

XOCOLATE MAGALHÃES

Representantes de PE cobram retomada da Transnordestina

TCU: Sudene apresenta novo estudo sobre ferrovia

Análise aponta ainda que a implantação do trecho poderá gerar impacto de aproximadamente R$ 8,23 bilhões no Valor Adicionado Bruto (VAB)

DA REDAÇÃO

O superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, Francisco Alexandre, se reuniu ontem com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus, relator do processo que trata da retomada das obras do trecho da Ferrovia Transnordestina entre Salgueiro, no Sertão de Pernambuco, e o Porto de Suape, no litoral do estado.

Durante o encontro, Francisco Alexandre apresentou um estudo elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que aponta os impactos econômicos e sociais associados à conclusão da ferrovia.

Também participaram da reunião o segundo vice-presidente do Senado, Humberto Costa (PT), e o coordenador da bancada de Pernambuco no Congresso Nacional, Augusto Coutinho (Republicanos).

Elaborado com base na metodologia de Análise Custo-Benefício (ACB), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o estudo estima um Valor Social Presente Líquido (VSPL) de R$ 4,76 bilhões e uma Taxa de Retorno Econômico (TRE) de 15,53%.

Impacto

A análise aponta ainda que a implantação do trecho poderá gerar impacto de aproximadamente R$ 8,23 bilhões no Valor Adicionado Bruto (VAB). Já a fase de operação deverá acrescentar cerca de R$ 910 milhões por ano à economia regional. Segundo Francisco Alexandre, os dados demonstram que a conclusão do trecho Salgueiro-Suape pode produzir benefícios que vão além da rentabilidade financeira do empreendimento. Para Humberto Costa, a reunião foi positiva e há expectativa de que o processo avance após o envio de novos documentos pela Infra S.A.

SANDENE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF n.º 08.365.633/0001-05
NIRE n.º 26.3.0001489-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS N.º 30

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 23 de abril de 2026, às 18h30m (dezoito horas e trinta minutos), de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Antônio Cabral de Souza, N.º 4301, Anexo I, Bairro Jaguarana, na Cidade de Paulista, Estado do Pernambuco, CEP 53.419-160. **2. Convocações:** Dispensada a publicação dos editais, face à presença da sua única acionista, nos termos do § 4º, do Artigo 124, da Lei n.º 6.404/1976. **3. Presenças:** Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia com direito a voto, conforme assinatura a ser realizada no Livro Eletrônico de Presenças de Acionistas. **4. Composição da Mesa:** Presidente, **Sr. Eduardo Bettanin**, e Secretário, **Sr. André Bettanin**. **5. Publicação:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas no Jornal "Folha de Pernambuco", na edição do dia 17 de abril de 2026, na folha n.º 10 da versão impressa e na versão digital no link: https://cdn.folhape.com.br/upload/dn_arquivo/2026/04/publicidade_11.pdf. **6. Ordem do Dia: 6.1.** Aprovar a lavratura da ata à forma de sumário; **6.2. Em Assembleia Geral Ordinária: 6.2.1.** Analisar e votar o relatório e as contas dos administradores; examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.2.2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **6.2.3.** Aprovar a reeleição da Diretoria, com mandato para o período de 1º de maio de 2026 até 30 de abril de 2028, bem como a remuneração global mensal dos Diretores. **6.3. Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.3.1.** Aprovar e ratificar os valores dos bônus pagos aos Diretores, Administradores e/ou Gestores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.3.2.** Aprovar e ratificar o cálculo do Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), pago aos empregados e Diretores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.3.3.** Aprovar e ratificar o Programa de Participação nos Resultados ("PPR") para os empregados e Diretores da Companhia, para o ano de 2026; **6.3.4.** Deliberar sobre a aprovação e ratificação dos investimentos realizados e/ou a serem realizados pela Companhia; **6.3.5.** Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia; e **6.3.6.** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia. **7. Deliberações:** Sempre por UNANIMIDADE dos presentes, conforme ordem do dia: **7.1.** Foi aprovada a proposição de que a lavratura da presente ata fosse à forma de sumário, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei n.º 6.404/1976. **7.2. Em Assembleia Geral Ordinária: 7.2.1.** Aprovados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, e votado o relatório e as contas dos administradores, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **7.2.2.** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$ 83.240.245,36 (oitenta e três milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais, e trinta e seis centavos), sendo: **(i)** R$ 6.664.046,54 (seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, quarenta e seis reais, e cinquenta e quatro centavos), destinados à Reserva de Incentivos Fiscais; **(ii)** R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), destinados à Reserva Legal; **(iii)** R$ 17.296.000,23 (dezessete milhões, duzentos e noventa e seis mil reais, e vinte e três centavos), destinados a Reserva de Retenção de Lucros ou Prejuízos Gerados para futuras deliberações; e **(iv)** R$ 254,10 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos), destinados à conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os dividendos mínimos obrigatórios e complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEPE em 30 de dezembro de 2025, sob o n.º 20257859047. Os demais dividendos foram distribuídos mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEPE em 30 de dezembro de 2025, sob o n.º 20257859276, cujo valor foi retificado através de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2026, cuja ata foi devidamente registrada na JUCEPE em 24 de fevereiro de 2026, sob o n.º 20269791965, na qual também foi ratificado as demais deliberações constantes na Assembleia Geral Extraordinária anterior. **7.2.3.** Aprovada a reeleição da Diretoria da Companhia, com a seguinte composição: **Sr. Eduardo Bettanin**, brasileiro, solteiro, industrial, inscrito no CPF/MF n.º 292.356.180-53, portador da carteira de identidade n.º 2002515051, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Comendador Caminha, N.º 88, Apartamento 1401, Bairro Moinhos de Vento, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.430-030, para o cargo de Diretor Presidente; **Sr. Dante Bettanin**, brasileiro, viúvo, industrial, inscrito no CPF/MF n.º 005.364.230-91, portador da carteira de identidade n.º 1001255015, expedida pela SJS/RS, residente e domiciliado na Rua Pedro Lerbach, N.º 610, Bairro Centro, na Cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.265-030, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia; **Sr. Sergio Marques Dias**, brasileiro, viúvo, engenheiro, inscrito no CPF/MF n.º 157.666.830-49, portador da carteira de identidade n.º 2011860661, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Av. Jacuí, N.º 312, Apartamento 204, Bairro Cristal, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.810-150, para o cargo de Diretor de Novas Tecnologias e Expansão; **Sr. João Paulo Dall'Agnol**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão universal de bens, contador, inscrito no CPF/MF n.º 312.647.000-91, portador da carteira de identidade n.º 6014112178, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, N.º 1625, Apartamento 801, Bairro Boa Vista, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-201, para o cargo de Diretor Administrativo Corporativo; **Sr. Alexandre Tulini**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF n.º 417.826.310-20, portador da carteira de identidade n.º 3026251722, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Monte Castelo, N.º 2007, Casa 39, Condomínio Vivendas do Parque III, Bairro Nossa Senhora das Graças, na Cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 92.025-370, para o cargo de Diretor Financeiro Corporativo; **Sr. Marcelo Higashi**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF n.º 257.471.988-31, portador da carteira de identidade n.º 26576818, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida Bagé, n.º 1292, Apartamento 901, Bairro Petrópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.460-080, para o cargo de Diretor Industrial Corporativo; e **Sr. Evandro Leorato Machado**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF n.º 539.393.100-00, portador da carteira de identidade n.º 1047593494, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Heller, N.º 218, Apartamento 1202, Bairro Centro, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.510-330, para o cargo de Diretor de Recursos Humanos Corporativo. **(i)** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, nem estão condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(ii)** O prazo de mandato dos Diretores perdurará até 30 de abril de 2028, prorrogando-se automaticamente até a realização de nova eleição, não podendo exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias. **(iii)** Fica ratificado o valor global mensal de até R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para a remuneração do Diretor Presidente e do Diretor Vice-Presidente de Tecnologia. **7.3. Em Assembleia Geral Extraordinária: 7.3.1.** Aprovada a ratificação da distribuição de bônus aos Diretores, Administradores e/ou Gestores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R$ 76.461,00 (setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais). **7.3.2.** Aprovada a ratificação da distribuição do Programa de Participação nos Resultados ("PPR") aos empregados e Diretores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor global de R$ 802.553,94 (oitocentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais, e noventa e quatro centavos). **7.3.3.** Aprovada a ratificação do Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), para os empregados e Diretores da Companhia, para o ano de 2026. **7.3.4.** Aprovada a ratificação dos investimentos de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) realizados e/ou a serem realizados pela Companhia. **7.3.5.** Aprovada a alteração do Parágrafo 3º, do Artigo 11, do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a viger com a seguinte redação: **"Artigo 11.** Aos Diretores, sempre em conjunto de 02 (dois), são conferidos os poderes normais de administração, competindo-lhes representar a sociedade perante terceiros, ressalvados os casos previstos nos parágrafos a seguir. (...). **Parágrafo 3º.** Para nomear procuradores, com poderes para os foros em geral e especiais, e representá-la judicialmente, os atos serão sempre assinados **(a)** por 02 (dois) Diretores; ou **(b)** por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos para tal finalidade". **7.3.6.** Aprovada a consolidação do estatuto social da Companhia, passando o mesmo a adotar a seguinte redação: **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** Sob a denominação de SANDENE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO fica constituída uma sociedade anônima que se regerá por este Estatuto Social e pelas legislações vigentes que lhes forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro na Cidade do Paulista, Estado de Pernambuco, na Avenida Antônio Cabral de Souza, N.º 4301, Anexo I, Bairro Jaguarana, CEP 53.419-160, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios de representação, depósitos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Sociedade tem como objetivos sociais: **(01)** a indústria e o comércio, a importação, a exportação e distribuição de: **(a)** produtos fabricados com polietileno, polipropileno, poliestireno, nylon, PVC, SAN e outras matérias plásticas, bem como utensílios em geral para uso doméstico, comercial, industrial e calçados plásticos; **(b)** instrumentos de limpeza, de higiene doméstica, institucional, humana, veterinária e automotiva; manuais, elétricos, eletrônicos, aparelhos domésticos em geral; roupas e acessórios do vestuário de uso profissional e descartáveis, artigos têxteis para limpeza, fios, cordas, equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional, individuais e coletivos, artigos e utensílios de utilidade doméstica, profissional e institucional, equipamentos elétricos para limpeza, lixeiras e contentores para lixo, carros multifuncionais de limpeza e transporte, placas de segurança sinalizadoras, sacos, embalagens em geral; **(c)** pincéis, rolos, trinchas, broxas, escovas, vassouras, papel, abrasivos em geral e demais ferramentas, utensílios e aparelhos elaborados com componentes de madeiras, metais, plásticos, fibras vegetais, animais e sintéticas, pelos, peles, borrachas, couros e seus sucedâneos, papéis de parede, adesivos decorativos, stencils para decoração, roda forro/piso de PU e PS, químicos como tintas, massas, resinas e colas, para utilização no ramo de pintura, limpeza, decoração e construção civil, bem como partes e peças destes grupos; **(d)** produtos de uso veterinário; **(02)** a consignação mercantil; **(03)** a importação de matérias primas, máquinas, moldes, materiais, suas partes e peças, embalagens de mercadorias em geral, serviços auxiliares ao comércio de mercadorias e assistência técnica dos produtos apontados nos itens "a" a "d"; **(04)** central de distribuição dos produtos industrializados e comercializados pela matriz, entendendo- se em sentido mais amplo e o de logística; **(05)** abrir escritório regional de vendas, bem como, prestar serviços combinados de escritório e apoio administrativo; **(06)** participar do capital social de outras sociedades. **Artigo 4º.** A Sociedade é constituída por prazo indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais), dividido em 2.989.064 (dois milhões, novecentas e oitenta e nove mil, e sessenta e quatro) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Poderá ser efetuada a conversão das ações ordinárias nominativas em preferenciais nominativas, desde que solicitado pelo detentor das mesmas, respeitando o limite previsto em lei e aprovado por acionistas reunidos em Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão as seguintes preferências e vantagens: **(a)** prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, por eventual liquidação da sociedade, sendo a seguir reembolsadas as ações ordinárias; **(b)** direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas da Companhia; e **(c)** será garantido o pagamento, após a apuração do lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 05% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação. **Parágrafo 3º.** Igualmente será permitida a conversão de ações preferenciais nominativas em ações ordinárias nominativas, desde que solicitado pelo proprietário das mesmas e aprovado por acionistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, reunidos em Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** Os aumentos de capital social poderão ser feitos, total ou parcialmente, com ações preferenciais, sem que a Companhia tenha que guardar a proporção então existente entre estas ações e as ações ordinárias, desde que respeitando o limite máximo previsto em lei. **Capítulo III. Direito de Preferência. Artigo 7º.** Os acionistas, na proporção de suas participações no capital social, terão preferência na aquisição das ações daquele que desejar alienã-las, em igualdade de preço e condições com terceiros. **Parágrafo 1º.** O acionista que desejar alienar suas ações, no todo ou em parte, comunicará, por escrito, tal fato aos demais acionistas, informando à quantidade que pretende vender, o preço e as condições de pagamento, bem como o nome e a qualificação do interessado na sua aquisição, se houver. Os acionistas terão um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da comunicação, para exercerem o direito de preferência que lhes é assegurado neste artigo e para manifestarem seu interesse na aquisição das sobras eventualmente verificadas. **Parágrafo 2º.** Findo o prazo de 30 (trinta) dias, se algum acionista manifestar interesse na aquisição das sobras eventualmente existentes, terá o prazo de 05 (cinco) dias para adquiri-las. **Parágrafo 3º.** Caso os acionistas não manifestem interesse em adquirir as ações oferecidas ou manifestem interesse em adquirir apenas parte delas, poderá o acionista ofertante transferi-la, integralmente ou o saldo remanescente, ao pretendente indicado, pelo mesmo preço e condições de pagamento ofertados, aos 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo acima estipulado, sob pena de ter que renovar os procedimentos previstos neste artigo. **Parágrafo 4º.** Serão adotados, no que couber, os mesmos procedimentos previstos neste artigo caso algum acionista manifeste interesse na cessão do seu direito de preferência à subscrição das ações que vierem a ser emitidas pela sociedade. **Capítulo IV. Da Diretoria. Artigo 8º.** A sociedade terá uma Diretoria composta de 02 (dois) a 09 (nove) membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, um Diretor Administrativo Corporativo, um Diretor Financeiro Corporativo, um Diretor Geral, um Diretor Industrial Corporativo, um Diretor de Recursos Humanos Corporativo, um Diretor de Supply Chain Corporativo e um Diretor de Novas Tecnologias e Expansão. **Artigo 9º.** Os Diretores serão acionistas ou não, residentes no País, e farão jus à remuneração que a Assembleia Geral lhes atribuir, sendo-lhes dispensada caução em garantia da gestão. **Artigo 10.** A Diretoria reunir-se-á anualmente, ou sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus membros, podendo as reuniões serem realizadas fora da sede social quando conveniente aos interesses da Companhia. **Artigo 11.** Aos Diretores, sempre em conjunto de 02 (dois), são conferidos os poderes normais de administração, competindo-lhes representar a sociedade perante terceiros, ressalvados os casos previstos nos parágrafos a seguir. **Parágrafo 1º.** O Diretor Administrativo Corporativo, ou o Diretor Financeiro Corporativo, ou o Diretor Industrial Corporativo, ou o Diretor Geral, ou o Diretor de Recursos Humanos Corporativo, ou o Diretor de Supply Chain Corporativo, ou o Diretor de Novas Tecnologias e Expansão assinarão sempre em conjunto com o Diretor Presidente, ou com o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia os atos que visem a transigir, desistir, denunciar, adquirir, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis e imóveis do ativo permanente da sociedade, constituir e ceder direitos reais ou pessoais de garantia, tais como, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, caucionar títulos e direitos creditícios, dar bens móveis e imóveis em alienação fiduciária em garantia e prestar garantia fidejussória; contratar empréstimos, contratar financiamentos de curto e longo prazo, junto a instituições bancárias, abertura e movimentações de contas bancárias e autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros gerados durante o exercício social, observada as normas do art. 204, e parágrafos, da Lei n.º 6.404/1976, e o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto a seguir. **Parágrafo 2º.** Dependem de prévia deliberação por unanimidade da Diretoria, constante de Ata lavrada no Livro Próprio, os seguintes atos: **(a)** alienação, permuta ou doação de bens imóveis; **(b)** alteração das linhas de operação da Companhia; **(c)** quaisquer outros assuntos que porventura tenham sido estabelecidos no Acordo de Acionistas, para os quais seja aconselhável a responsabilidade direta da totalidade dos Diretores. **Parágrafo 3º.** Para nomear procuradores, com poderes para os foros em geral e especiais, e representá-la judicialmente, os atos serão sempre assinados **(a)** por 02 (dois) Diretores; ou **(b)** por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos para tal finalidade. **Parágrafo 4º.** Os procuradores, mediante outorga expressa dos respectivos poderes, outorgados em conjunto de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, ou o Diretor Geral, poderão firmar compromissos em nome da sociedade. **Artigo 12.** Compete, ainda, ao Diretor Presidente presidir as reuniões de Diretoria, usando o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 13.** Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, compete aos membros da Diretoria designar o substituto, o qual, sem prejuízo de suas funções, exercerá as do substituído, até que cesse o impedimento ou ausência. **Artigo 14.** No caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos membros da Diretoria, suas funções serão desempenhadas pelo Diretor Presidente até a primeira Assembleia Geral que venha a se realizar, na qual será eleito o substituto, que permanecerá no cargo até o término do mandato do Diretor que faleceu, renunciou ou se tornou definitivamente impedido. **Parágrafo Único.** Caso o falecimento, renúncia ou impedimento definitivo se dê com o Diretor Presidente, o Conselho de Sócios, na forma do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, se reunirá no prazo de até 90 (noventa) dias para nomear um novo Diretor Presidente. **Artigo 15.** Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude de ato regular de sua gestão, porém, responderão civilmente pelos prejuízos que causarem quando agirem com culpa ou dolo ou em violação à lei ou disposições do Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Os diretores não são responsáveis por atos ilícitos de outros diretores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou, ainda, deixar de agir para impedir a sua prática, eximindo-se da responsabilidade solidária aquele diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata ou reunião do órgão da administração ou, não sendo possível, dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente da Companhia, que convidará um ou dois dos acionistas presentes, ou um Diretor, para servir de Secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após a sua eleição e poderão ser reeleitos. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá competência prevista em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros e perceberá remuneração fixada pela Assembleia Geral que o eleger, observado o mínimo legal. **Capítulo VI. Das Assembleias. Artigo 17.** As assembleias gerais serão ordinárias, com reunião fixada para todo dia 30 (trinta) do mês de abril de cada ano como data limite de realização e extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Artigo 18.** O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente da sociedade, que convidará um ou dois dos acionistas presentes para servir de Secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia. **Artigo 19.** A convocação da Assembleia Geral será feita através de comunicação formal por carta, correio eletrônico, edital ou publicação na imprensa, conforme determina a lei, deles constando a ordem do dia e a data, hora e local da reunião. **Capítulo VII. Do Exercício Social. Artigo 20.** O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que, com base na escrituração social e com observância às normas legais e princípios da contabilidade, a Diretoria elaborará as Demonstrações Financeiras legalmente previstas. **Parágrafo Único.** A companhia poderá, a qualquer momento, levantar balanço intermediário, seja para fins legais e fiscais, distribuição de resultados ou para fins puramente de administração. Poderão ser realizados, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros já acumulados ou a título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social. **Artigo 21.** Do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 05% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação. **Artigo 22.** Os dividendos serão pagos até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, salvo se houver deliberação em contrário, porém sempre dentro do exercício social. **Artigo 23.** Os dividendos não reclamados até 03 (três) anos contados da data estabelecida para o pagamento reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Sociedade. Artigo 24.** A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei e será processada de acordo com essa, cabendo à Assembleia Geral nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar no período de liquidação. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Artigo 25.** As questões omissas no presente Estatuto Social serão resolvidas de acordo com o disposto na legislação em vigor. **Artigo 26.** As divergências surgidas entre a Diretoria no que se refere à administração social serão resolvidas por Assembleia Geral convocada para tal fim. **Artigo 27.** Ficam revogadas todas as disposições em contrário ao estabelecido no presente Estatuto Social. **Artigo 28.** Os acionistas respeitarão as disposições do Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia, sob pena de invalidação de seus atos ou decisões, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra o referido acordo. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado ou deliberado, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, e assinada pela mesa. **Mesa:** Eduardo Bettanin – Presidente; e André Bettanin – Secretário. **Acionista:** InBetta S.A., representada por seu Diretor Presidente, Eduardo Bettanin, e seu Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dante Bettanin. Certifica-se que a presente ata foi emitida em 01 (uma) via e será cópia fiel da ata a ser lavrada no livro eletrônico, arquivado na sede da Companhia. Paulista, PE, 23 de abril de 2026. **Eduardo Bettanin** - Presidente; **André Bettanin** - Secretário; **Josiane Castro De Oliveira Rampon** - OAB/RS n.º 85.917. Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Certifico o Registro em 29/06/2026. Data dos Efeitos 21/05/2026. Arquivamento: 20269074414. Protocolo: 269074414 de 21/05/2026. NIRE 26300014891. Nome da Empresa: SANDENE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Este documento pode ser verificado em https://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx. Chancela: 78370274044149. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/06/2026. por Jessica Caroline das Chagas Moraes - Secretário(a) Geral

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

TIMBAÚBA S.A.

CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2025. Petrolina - PE, 20 de julho de 2026. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo circulante	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.736	20.898
Contas a receber	5	55.868	39.236
Estoques	6	99.483	122.010
Impostos a recuperar	7	2.129	5.473
Adiantamentos	8	6.919	8.065
Outros ativos		3.163	4.204
Total do ativo circulante		**199.298**	**199.886**
Ativo não circulante			
Outros ativos		-	6.912
Partes relacionadas	9	1.404	60.358
Imobilizado	10	327.478	304.924
Total do ativo não circulante		**328.882**	**372.194**
Total do ativo		**528.180**	**572.080**

Passivo circulante	Notas	2025	2024
Fornecedores	11	22.863	24.645
Empréstimos e financiamentos	12	19.780	6.571
Obrigações trabalhistas	13	7.994	8.544
Obrigações fiscais	14	2.320	2.284
Adiantamentos de clientes		379	296
Outras contas a pagar		1.532	-
Total do passivo circulante		**54.868**	**42.340**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	29.621	5.210
Partes relacionadas	9	144.079	161.332
Provisão para riscos judiciais	21	191	191
Obrigações fiscais	14	6.772	10.671
Total do passivo não circulante		**180.663**	**177.404**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		670.301	670.301
Reserva de incentivos fiscais		2.215	2.215
Reserva de reavaliação		49.093	51.768
Ajuste de avaliação patrimonial		11.590	12.006
Prejuízos acumulados		(440.550)	(383.954)
Total do patrimônio líquido		**292.649**	**352.336**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**528.180**	**572.080**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social Integralizado	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**661.684**	**2.215**	**54.813**	**12.424**	**(355.397)**	**375.739**
Aumento de capital	16 a)	8.617	-	-	-	-	**8.617**
Ajuste de avaliação patrimonial	16 b)	-	-	-	(418)	-	**(418)**
Reserva de reavaliação		-	-	(3.045)	-	-	**(3.045)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.557)	**(28.557)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**670.301**	**2.215**	**51.768**	**12.006**	**(383.954)**	**352.336**
Aumento de capital		-	-	-	-	-	**-**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(416)	-	**(416)**
Reserva de reavaliação		-	-	(2.675)	-	-	**(2.675)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(56.596)	**(56.596)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**670.301**	**2.215**	**49.093**	**11.590**	**(440.550)**	**292.649**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	142.402	243.072
Custo dos produtos vendidos	17	(113.672)	(198.036)
Lucro bruto		**28.730**	**45.036**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(35.966)	(38.016)
Outras despesas operacionais	19	(29.823)	(15.475)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(37.059)**	**(8.455)**
Resultado financeiro	20	**(19.537)**	**(20.102)**
Receitas Financeiras		907	239
Despesas Financeiras		(20.444)	(20.341)
Prejuízo antes dos impostos		**(56.596)**	**(28.557)**
Prejuízo do exercício		**(56.596)**	**(28.557)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(56.596)**	**(28.557)**
Ajuste de avaliação patrimonial	(416)	(418)
Total do resultado abrangente	**(57.012)**	**(28.975)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2025	2024
Prejuízo do exercício		**(56.596)**	**(28.557)**
Ajustes por			
Juros sobre financiamentos	12	2.357	2.723
Variação cambial	20	-	2.033
Depreciação	10	16.787	16.270
Avaliação patrimonial		(3.092)	(3.465)
Baixas de ativo imobilizado	10	54	276
Prejuízo do exercício - Ajustado		**(40.490)**	**(10.720)**
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(16.631)	23.113
Estoques		22.527	(50.454)
Impostos a recuperar		3.344	(4.243)
Adiantamentos		2.187	22.283
Outros contas a receber		6.910	(6.947)
Partes relacionadas		41.701	82.554
Fornecedores		(1.782)	541
Obrigações trabalhistas		(550)	403
Obrigações fiscais		(3.863)	11.987
Pagamento de juros		(782)	(1.500)
Outras contas a pagar		1.615	(2.597)
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais		**14.186**	**64.420**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(39.393)	(41.212)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(39.393)**	**(41.212)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	8.617
Aquisições de empréstimos/ financiamento	12	37.043	1.412
Amortização de empréstimos/ financiamento	12	(998)	(37.242)
Caixa líquido gerados pelas (consumido nas) atividades de financiamento		**36.045**	**(27.213)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**10.838**	**(4.005)**
No inicio do exercício		20.898	24.903
No final do exercício		31.736	20.898
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**10.838**	**(4.005)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Timbaúba S.A. possui sede na BR – 122, KM 174, S/Nº, Zona Rural, no Município de Petrolina (PE). Tem como objetivo social a pesquisa, criação, reprodução, beneficiamento de animais aquáticos; a exploração de atividade agropecuária, com destaque para a agricultura irrigada; industrialização de produtos agropecuários e agrícolas; a produção de sucos concentrados e diluídos e de bebidas, podendo realizar a prestação de serviços de consultoria técnica no pais e no exterior; comercialização, no mercado nacional e no exterior, atacadista e/ou varejista, dos produtos, próprios ou de terceiros, compreendidos em seu objeto social; importação e exportação de bens e/ou matérias primas, próprias ou de terceiros, que visem o alcance do objeto principal de suas atividades, inclusive para o gozo e utilização de incentivos fiscais; a compra, venda, importação e exportação de papel, celulose e seus derivados. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a)Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração em 20 de julho de 2026. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **3.2.3. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3. Contas a receber:** Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração avalia periodicamente a recuperação dos créditos e concluiu não haver perdas estimadas em seus recebíveis, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2025 e em 2024. **3.4. Estoques:** Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização. **3.5. Impostos a recuperar e obrigações tributárias:** Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período. **3.6. Adiantamentos a fornecedores:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. O valor correspondente ao adiantamento a partes relacionadas está discriminado na Nota Explicativa nº 8. **3.7. Outros ativos:** As despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, quando aplicável, na demonstração do resultado. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.10. Salários e encargos sociais**: Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. **3.11. Outros passivos:** Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços. **3.12. Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais (cível e trabalhista) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; **(iii)** e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. **3.13. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir: **3.14. Vendas de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre as debêntures. **3.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia adota o lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.17. Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL:** Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R$ 31.206 (R$ 12.567 em 2024). Não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores, em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

3.18. Incentivos fiscais

Tipo de incentivo	Documento de autorização	Data limite do incentivo
Prodepe - Benefício de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do ICMS	Decreto nº 41.585, de março de 2025 Decreto nº 43.941, de dezembro de 2016 Decreto nº 54.331, de dezembro de 2022 Decreto nº 56.430, de abril de 2024	Março de 2027 Dezembro de 2028 Dezembro de 2032 Dezembro de 2032

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre debêntures devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais. **3.20. Pronunciamentos novos ou ainda não adotados:** As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:** • Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade); • As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	20	17
Depósitos bancários à vista	195	2.426
Aplicações financeiras **(i)**	31.521	18.455
Total	**31.736**	**20.898**

(i) As aplicações financeiras em instituições bancárias referem-se a títulos pós-fixados (Certificado de Depósito Bancário) remunerados entre 95,5% e 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes - Mercado interno	53.093	37.020
Clientes - Mercado externo	2.775	2.216
Total	**55.868**	**39.236**
Vencidos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Até 180 dias	9.222	6.654
Mais que 180 dias	7.737	6.413
A vencer		
Até 30 dias	16.185	9.924
Até 31 a 60 dias	19.640	13.044
Até 61 a 90 dias	2.649	2.638
Mais de 90 dias	435	563
Total	**55.868**	**39.236**

i) A Administração em sua análise, conclui que não existia risco de provisão para perdas esperadas a serem constituídas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Essa avaliação, é revisada ao menos uma vez em cada exercício, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos saldos em aberto de sua carteira de clientes.

6. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado **(i)**	45.535	71.496
Insumos **(ii)**	32.698	16.912
Estoque de produtos acabados **(iii)**	21.250	33.602
Total	**99.483**	**122.010**

(i) Representado por material de uso e consumo, peças de reposição e manutenção. **(ii)** Representada por material de embalagens e produtos intermediários. **(iii)** Representada por produtos água de coco e suco de uva envasados.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar	519	885
PIS e COFINS a recuperar **(i)**	-	3.548
ICMS a recuperar	1.109	1.040
Outros impostos	501	-
Total	**2.129**	**5.473**

(i) Créditos utilizados conforme apurações de impostos.

8. Adiantamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores **(i)**	6.916	8.062
Adiantamentos a funcionários	3	3
Total	**6.919**	**8.065**

(i) Os saldos em 2025 referem-se, basicamente, a valores em aberto com fornecedores nacionais, com os quais foram realizadas compras de insumos como fertilizantes e materiais de embalagens.

9. Partes relacionadas: A classificação dos valores no ativo e passivo não circulantes exprimem a expectativa da Administração na realização dos saldos.

	2025 Ativo não circulante	2024 Ativo não circulante
Cosima - Siderúrgica do Maranhão **(i)**	-	58.954
Guarany Siderúrgica e Mineração	1.404	1.404
Total	**1.404**	**60.358**

	2025 Passivo não circulante	2024 Passivo não circulante
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré **(i)**	27.008	74.799
Atria Investimentos e Participações S.A. **(ii)**	117.071	86.533
Total	**144.079**	**161.332**

(i) Durante o exercício de 2025, em decorrência da reorganização societária do grupo, que resultou na alteração do controle da Cosima – Siderúrgica do Maranhão e da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a Companhia realizou operações de cessão de créditos para a Atria Investimentos e Participações S.A, parte relacionada. Como consequência, o crédito de R$ 58.954 mantido com a Cosima foi integralmente baixado do ativo não circulante, enquanto o passivo junto à Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré foi reduzido em R$ 47.791. As referidas operações resultaram apenas na reclassificação e compensação de saldos, sem impacto no resultado do exercício. **(ii)** Representado por adiantamentos realizados pela controladora Atria Investimentos e Participações S.A. e transferência de curto para longo prazo da operação de cessão de créditos envolvendo a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

10. Imobilizado: A evolução do ativo imobilizado está demonstrada conforme tabela a seguir:

a) Composição do imobilizado

Conta	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 10,00%	138.251	124.658
Construções civis	2,13% e 25,00%	42.836	42.681
Cultura permanente e florestas	4,00% e 10,00%	270.707	257.206
Veículos	4,00% e 33,30%	664	11.443
Outros imobilizados	4,00% e 10,00%	21.068	3.258
Terrenos	-	29.246	24.203
Total		**502.772**	**463.449**
Depreciação acumulada	-	(175.294)	(158.525)
Total		**327.478**	**304.924**

b) Movimentação do imobilizado

Conta	Taxas	2024	Aquisição	Baixa	Depreciação Acumulada	2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 10,00%	124.658	13.593	-	(52.542)	85.709
Construções civis	2,13% e 25,00%	42.681	155	-	(20.637)	22.199
Cultura permanente e florestas	4,00% e 10,00%	257.205	13.501	-	(95.614)	175.092
Veículos	4,00% e 33,30%	11.443	4.002	(70)	(5.768)	9.607
Outros imobilizados	4,00% e 10,00%	3.258	8.142	-	(733)	10.667
Terrenos	-	24.204	-	-	-	24.204
Total		**463.449**	**39.393**	**(70)**	**(175.294)**	**327.478**

Conta	Taxas	2024 Saldo inicial	Custo aquisição Aquisição	Baixa	2025 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**124.658**	**13.594**	-	**138.252**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**42.681**	**155**	-	**42.836**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**257.206**	**13.500**	-	**270.706**
Veículos	4,00% e 50,00%	**11.444**	**4.001**	(70)	**15.375**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**3.258**	**8.142**	-	**11.400**
Terrenos	-	**24.204**	**-**	-	**24.204**
Total		**463.451**	**39.392**	**(70)**	**502.773**

Conta	Taxas	2024 Saldo inicial	Depreciação Depreciação	Baixa	2025 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**(48.304)**	(4.239)	-	**(52.543)**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**(18.794)**	(1.843)	-	**(20.637)**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**(85.998)**	(9.616)	-	**(95.614)**
Veículos	4,00% e 50,00%	**(5.106)**	(677)	16	**(5.767)**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**(322)**	(412)	-	**(734)**
Total		**(158.524)**	**(16.787)**	**16**	**(175.295)**

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

TIMBAÚBA S.A.

CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

Conta	Taxas	2023 Saldo inicial	Custo aquisição Aquisição	Baixa	2024 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**121.063**	3.665	(70)	**124.658**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**42.681**	-	-	**42.681**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**224.638**	33.248	(681)	**257.205**
Veículos	4,00% e 50,00%	**9.849**	1.594	-	**11.443**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**555**	2.705	(2)	**3.258**
Terrenos	-	**24.204**	-		**24.204**
Total		**422.990**	**41.212**	**(753)**	**463.449**

Conta	Taxas	2023 Saldo inicial	Depreciação Depreciação	Baixa	2024 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**(46.694)**	(4.315)	2.705	**(48.304)**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**(17.328)**	(1.466)	-	**(18.794)**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**(76.136)**	(9.862)	-	**(85.998)**
Veículos	4,00% e 50,00%	**(4.599)**	(507)	-	**(5.106)**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**(203)**	(120)	-	**(323)**
Total		**(144.960)**	**(16.270)**	**2.705**	**(158.525)**

11. Fornecedores: Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se a valores em aberto com diversos fornecedores nacionais, referentes basicamente a compras de insumos como fertilizantes e materiais de embalagens, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	**22.863**	**24.645**

12. Empréstimos: a) Composição: O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025, podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - Circulante	19.780	6.571
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	29.621	5.210
Total	**49.401**	**11.781**

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos para 2025, e suas respectivas taxas, segue apresentadas assim:

Instituição Financeira/ Modalidade	Encargos	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Banco CNH	12,72%	1.636	7.526	1.582	5.210
BNB - JOHN DEERE	12,72%	130	111	-	-
Banco do Nordeste	12,72%	375	11.485	-	-
Banco Sicredi	12,72%	-	10.499	-	-
Banco do Daycoval - Q.Socidade|Dup. Desc.		17.639	-	4.989	-
Total		**19.780**	**29.621**	**6.571**	**5.210**

b) Financiamento por vencimento

Curto Prazo	
2026	19.780
Longo Prazo	
2027	2.082
2028	7.335
2029	8.210
Após 2029	11.994
Total	**49.401**

c) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento: As tabelas adiante detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**11.781**	**44.355**
Captações	37.043	1.412
Amortização	(998)	(37.242)
Juros pagos	(782)	(1.500)
Juros	2.357	2.723
V. Cambial	-	2.033
Saldo final	**49.401**	**11.781**

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.785	2.307
INSS a recolher	742	872
FGTS a recolher	341	353
Provisão para férias e encargos	4.508	4.687
Outras obrigações sociais e trabalhistas	618	325
Total	**7.994**	**8.544**

14. Obrigações fiscais

	2025 Passivo circulante	2024 Passivo circulante	2025 Passivo não circulante	2024 Passivo não circulante
Parcelamento RFB **(i)**	1.209	1.727	6.772	10.671
Impostos retidos	19	5	-	-
ICMS a recolher	391	552	-	-
PIS/COFINS a recolher	701	0	-	-
Total	**2.320**	**2.284**	**6.772**	**10.671**

(i) Refere-se ao parcelamento de impostos de impostos federais diretos e indiretos, parcelados junto Receita Federal, com liquidação prevista para agosto de 2029.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito integralizado, é de R$ 670.301 (R$ 670.301 em 2024), dividido em 356.189.063 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme AGE de julho de 2024, foi aprovado a incorporação da Energia Verde Produção Rural Ltda. com aumento de capital de R$ 8.617, sem emissão de novas ações. A Companhia tem como sua única acionista à Atria Investimentos e Participações Ltda. **b) Política de distribuição de lucros:** Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reservas:** Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: **1.** 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social; **2.** formação de reserva para demandas judiciais, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral; **3.** constituição de reserva de retenção de lucros, se for o caso, na forma prevista da Lei; **4.** a Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei. **d) Reserva fiscal:** Redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, limitados até a produção de 18.720 toneladas ao ano de biomassa despescada para aplicação em projetos de modernização total do empreendimento na área, proveniente da Sudene – Laudo Constitutivo Sudene nº 0114/2013. **e) Reserva de reavaliação**: Refere-se a reavaliação dos bens de cultura permanente do ativo imobilizado efetuada em 2016. Os valores depreciados foram de R$ 2.675 em 2025 e R$ 3.045 em 2024. **f) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes. Os valores apropriados foram de R$ 416 em 2025 e R$ 418 em 2024.

16. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas	214.160	329.212
Total de receita bruta	**214.160**	**329.212**
(-) Impostos sobre faturamento	(43.491)	(30.376)
(-) Devoluções	(28.267)	(55.764)
Total de reduções	**(71.758)**	**(86.140)**
Receita líquida	**142.402**	**243.072**

Em 2024 a companhia efetuou operações com performance, não ocorrendo essa operação em 2025.

17. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Custos pessoal	(34.678)	(24.574)
Materiais **(i)**	(47.790)	(33.175)
Depreciação/amortização	(9.061)	(12.327)
Serviços	(15.042)	(5.983)
Outros custos	(7.101)	(15.917)
Custos de vendas externas **(ii)**	-	(106.060)
Total	**(113.672)**	**(198.036)**

(i) Refere-se em sua maioria a embalagens, insumos, adubo e outros; **(ii)** A redução observada no período está relacionada à suspensão das operações de ACC realizadas pela Companhia. Em razão da alteração da estrutura operacional das transações de exportação, não houve contratação de novas operações dessa natureza a partir de 2024, refletindo na redução do saldo em 2025.

18. Despesas gerais e administrativas

Despesas administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(4.332)	(843)
Despesas com impostos	(4.663)	(8.593)
Despesas comercial **(i)**	(23.274)	(22.675)
Despesas com serviços prestados	(1.053)	(1.792)
Despesas gerais	(2.644)	(4.113)
Total	**(35.966)**	**(38.016)**

(i) Aumento das despesas comerciais é devido à expansão para novos mercados na região Sul e Sudeste, com novos clientes e produtos. Ocasionando assim, um aumento das vendas via e-commerce e despesas atribuídas a plataformas, propagandas e despesas de distribuição.

19. Outras despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Baixa ativo imobilizado	656	90
Perdas no processo produtivo	(6.220)	(6.969)
Baixas estoque produto acabado **(i)**	(25.213)	-
Baixa contas a receber/adiantamentos **(ii)**.	-	(11.124)
Outros	954	2.528
Total	**(29.823)**	**(15.475)**

(i) Baixa decorrente de acerto e estoque produtos acabados;
(ii) Baixa decorrente de títulos com clientes no mercado externo.

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	171	133
Descontos obtidos	55	106
Variações cambiais ativas	681	-
Total	**907**	**239**
Despesas financeiras		
Variações cambiais passiva	(135)	(2.033)
Juros	(7.793)	(3.694)
Descontos concedidos	(11.781)	(14.248)
Outras despesas financeiras	(735)	(366)
Total	**(20.444)**	**(20.341)**
Total	**(19.537)**	**(20.102)**

Em 2024, a Companhia deixou de realizar comercializações dos seus produtos com o mercado no exterior, ocasionando assim uma redução dos saldos de variações cambiais ativas e passivas.

21. Provisão para riscos judiciais: a) A Companhia está envolvida em processos para riscos trabalhistas considerados como prováveis de perda. As provisões foram constituídas baseadas conforme parecer de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	191	191
Total não circulante	**191**	**191**

	31/12/2024	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2025
Trabalhistas	191	-	-	-	191
Total	**191**	-	-	-	**191**

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

	31/12/2025
Trabalhista	1.809
Cível	20
Total	**1.829**

22. Transações que não afetam caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa realizou a incorporação da Energia Verde Produção Rural Ltda. com aumento de capital de R$ 8.617, sem emissão de novas ações, transações que não impactaram caixa. No exercício de 2025 a empresa realizou cessão de crédito com partes relacionadas entre a controladora Atria Investimentos e suas investidas Cosima – Siderúrgica do Maranhão e Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, conforme Nota Explicativa nº 9.

23. Gestão de risco financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. **d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Diretor: Herman Jacobus Cornelis Azevedo Voorwald
CPF: 340.881.178-40

Contador: Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira Filho
CPF: 041.948.234-27 - **CRC/PE:** 024274/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Timbaúba S.A. -** Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Timbaúba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Timbaúba S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

Água e esgoto: tarifa pode subir 18%

Mesmo sem ainda ter uma alíquota definitiva, a reforma tributária vai fazer os consumidores pagarem mais impostos na conta, segundo levantamento da ABCON

ÂNGELA FERNANDA BELFORT
DO MOVIMENTO ECONÔMICO

A reforma tributária poderá provocar um impacto médio de 18% nas tarifas de água e esgoto, segundo estudos da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (ABCON). Segundo a diretora-presidente da entidade, Christianne Dias, o setor vai sair de uma carga tributária de 10% - que é a atual - para 27%, quando as novas regras entrarem em vigor. O consumidor vai bancar a alta destes tributos e deve sentir este impacto aos poucos, já que as alterações promovidas pela reforma tributária vão ocorrer até 2033.

Segundo Christianne, o aumento da carga tributária será sentido em aproximadamente 4 mil contratos (de concessão) que passarão por processos de reequilíbrio econômico-financeiro para absorver os efeitos da reforma tributária. Nas concessões, é previsto um lucro para as concessionárias que prestam o serviço. Quando ocorre uma diminuição da receita, as empresas podem pedir um equilíbrio econômico financeiro para manter a lucratividade da operação, o que está previsto nos contratos de concessão e parcerias.

Impacto

De acordo com o advogado tributarista do escritório Ivo Barboza Advogados Alexandre Albuquerque, o maior impacto da reforma na conta de água e esgoto sanitário será sentido a partir de 2029, quando começará a ser cobrado o tributo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gradativamente, entrando 10% da alíquota por quatro anos consecutivos. No quinto ano, será cobrado 100% da alíquota do IBS. Atualmente, as empresas do setor não recolhem o ICMS, que será extinto e substituído pelo IBS, que também vai recolher tributos no âmbito municipal, correspondendo ao ISS, que também será extinto.

A Aqua Pernambuco informou, via nota, que "acompanha atentamente a evolução regulatória do tema reforma tributária e participa do diálogo setorial coordenado pela ABCON, em cooperação institucional com a Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe) e com o poder concedente.

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Ação para prevenir incêndios

Lojas do Centro do Recife começaram a receber vistorias e orientações de segurança do Corpo de Bombeiros, por meio de articulação da CDL, a fim de evitar a ocorrência desse tipo de incidente

PAULA BACELAR

ARTHUR BOTELHO/FOLHA DE PERNAMBUCO

Vistoria teve início na manhã de ontem em lojas da rua das Calçadas, no bairro de São José

Estabelecimentos de ruas do Centro do Recife começaram a receber vistorias e orientações de segurança contra incêndio na manhã de ontem. A atividade, que vai até amanhã, teve início em lojas da rua das Calçadas, no bairro de São José. A intenção da ação é avaliar e orientar os comerciantes, identificando possíveis riscos e contribuindo para a prevenção de acidentes por meio de medidas educativas.

A iniciativa partiu de uma articulação da Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL Recife), com visitas que estão sendo coordenadas pelo Comitê de Ações Preventivas para o Centro do Recife e conduzidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE). O Comitê é composto por representantes do CBMPE, da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), por meio do 16º Batalhão, da Neoenergia Pernambuco, da Prefeitura do Recife, da Defesa Civil do Recife, de representantes dos lojistas do bairro de São José, Crea-PE e da CDL Recife.

Segundo o diretor institucional da CDL Recife, Paulo Monteiro, a orientação pretende incentivar a cultura de prevenção no comércio da área central da capital pernambucana. "Nós entendemos que prevenir, além de ser importante, é muito mais barato do que remediar. Evidentemente que pode vir a acontecer um outro sinistro, mas esperamos que não, e os comerciantes vão estar orientados sobre quais medidas podem tomar nos seus estabelecimentos para evitar que isso se repita", afirmou.

Relatório

Ao final da vistoria, cada estabelecimento receberá um relatório com recomendações técnicas e operacionais para a adoção das providências necessárias ao fortalecimento das condições de segurança.

"Quando acontece um incêndio, é preciso ressaltar que o prejuízo não é só daquele imóvel que é destruído. Existe toda uma cadeia que é afetada, porque as lojas do entorno ficam impossibilitadas de abrir e funcionar. Além de gerar desemprego, gera também um impacto muito grande em toda a região que é afetada por esse sinistro. Então, nós esperamos que com essa ação a gente contribua para uma segurança maior dos estabelecimentos", explicou Paulo Monteiro.

Além do bairro de São José, a ação também será replicada nos bairros de Santo Antônio e Boa Vista. Ao todo, 79 lojas devem ser vistoriadas.

Educativo

O major do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), Anderson Taquaracy, frisou que as ações são de caráter educativo e que os lojistas não serão punidos caso eventuais problemas sejam identificados. "Nossa ação educativa, em apoio a CDL, visa realmente sensibilizar a necessidade de se regularizar junto ao Corpo de Bombeiros e verificar o sistema de prevenção necessário para a sua loja para evitar a repetição de incêndios", falou.

Para os donos dos estabelecimentos, a principal orientação recebida é buscar a regularização. "Cada loja tem suas características específicas e vai depender muito de sua característica, mas no geral é adotar o primeiro passo, que é regularizar-se junto ao Corpo de Bombeiros", citou o major Taquaracy.

Ainda de acordo com o oficial, se irregularidades forem constatadas, será entregue um termo de notificação, atestando que a corporação esteve no local. A própria notificação trará os pontos identificados pelo Corpo de Bombeiros que precisarão ser ajustados.

Relembre

Em dois anos ocorreram três incêndios em pontos comerciais no Centro do Recife que afetaram a atividade dos estabelecimentos.

Em outubro de 2024, uma loja infantil, próxima à Praça Dom Vital e ao Mercado de São José, foi atingida por um incêndio. Em maio de 2025, um incêndio de grandes proporações destruiu a loja Lin Lin Festas. Após mais de um ano, o estabelecimento segue fechado e interditado. Já em maio deste ano, outro incêndio afetou cerca de quatro lojas na rua de Santa Rita, também no bairro de São José.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00025/2026. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00010/2026. Compra. Tipo menor preço. Contratação de empresa para o fornecimento de móveis e eletrodomésticos destinados à Escola de Referência em Ensino Fundamental Prof. Thiago Fernandes de Arruda, no Município de Feira Nova - PE, em atendimento ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 52/2026. Valor: R$ 524.038,41. Abertura da sessão pública: **10:00 horas do dia 27 de agosto de 2026**. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.portaldecompraspublicas.com.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 073/23; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital e anexos podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: https://transparencia.feiranova.pe.gov.br/; www.gov.br/pncp e outras informações através do Fone: (81) 3645 -1156, no horário das 07:00 às 13:00 horas dos dias úteis.

Feira Nova/PE, 11/08/2026
Josefa Alcilene Barbosa dos Santos
Pregoeira Oficial (*)(**)

PREFEITURA MUNICIPAL DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

SECRETARIA DA MULHER
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 096/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 096/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de INSUMOS ALIMENTÍCIOS PARA A COZINHA COMUNITÁRIA (MILHO), visando atender às necessidades do Projeto "Mulheres da Vitória", conforme Instrumento n.º 960249 firmado entre o Ministério das Mulheres e o Município da Vitória de Santo Antão. **Valor Máximo Estimado: R$ 326,00** (trezentos e vinte e seis reais). **Data Limite de Recebimento das Propostas:** 17/08/2026, às 08:00h. **Início da Disputa:** 17/08/2026, às 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do link **https://transparencia.prefeituradavitoria.pe.gov.br/app/pe/vitoria-de-santo-antao/1/avisos-de-licitacao** e no site **https://bnccompras.com**. Outras informações podem ser obtidas na Sala da CPL, localizada na Rua Demócrito Cavalcanti, 144, Livramento, Vitória de Santo Antão - PE, ou através do Fone: (81) 99518-0389 no horário das 08:00h às 13:00h.

Vitória de Santo Antão/PE, 11 de agosto de 2026
Thais Karine de Lima Xavier
Secretária da Mulher

PREFEITURA MUNICIPAL DA JUREMA/PE
CNPJ 10.141.489/0001-75
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 012/2026-PMJ Leilão Nº 001/2026 – PMJ – Município de Jurema, Estado de Pernambuco, por intermédio da Leiloeira Pública Oficial, o Sr.ª Cristiane Barros da Mota Balbino, Mat. JUCEPE sob o nº 26700001796, torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações, que no dia 03 de setembro de 2026, as 10:00 horas, no prédio da Prefeitura municipal, levará a venda através de Leilão público, bens móveis inservíveis ao uso do município, na modalidade **PRESENCIAL E ONLINE SIMULTÂNEO**. Maiores informação junto a Comissão do leilão, que atenderá diariamente nos dias úteis de 08:00 as 13:00 horas, no Prédio Sede da Prefeitura ou pelo telefone (87) 98179-7972 e com a Leiloeira CRISTIANE BARROS - (82) 99958-9580 ou pelo site www.lancecertoleiloes.com.br

EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA
PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERTENTES

Processo nº 037/2026PMV. Leilão nº 001/2026. Alienação de Bens. Alienação de uma máquina Carregadeira JCB 416-HT, ano 2010, pertencente a esta edilidade, no estado em que se encontra. Valor: R$ 110.000,00. Início da Sessão Pública: às 9h do dia 03/09/2026. Local: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. Renê F. Cavalcanti. Leiloeiro Administrativo (*) (**)

Processo nº 038/2026PMV. Concorrência nº 012/2026. Obras. Execução de obra, de engenharia civil, destinada à construção de saneamento básico nas localidades: Ruas Projetadas 01, 04, 09, 10 e 11 do Loteamento Santo Antônio, no Município de Vertentes-PE. Valor: R$ 207.279,21. Abertura: 27/08/2026, às 9h. Na Prefeitura sito à Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97, Centro, Vertentes-PE. CEP: 55.770-000, Fone: (81) 99893-0058, no horário de 8h às 14h, podem ser retirados edital, anexos e outras informações e também nos sítios: www.bnc.org.br e www.vertentes.pe.gov.br, inclusive solicitação por e-mail: cplvertentes@gmail.com.

Edilene M. Fabriciano
Agente de Contratação (*) (**) (***)

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Nova lesão e retorno adiado

RAFAEL VIEIRA/CNC

Antes de sofrer a nova lesão, Paulo Sérgio tinha previsão de voltar no final de agosto

Atacante Paulo Sérgio, que estava em fase de transição após se recuperar de uma problema na coxa, sofre mais uma contusão

O Náutico comunicou ontem que o atacante Paulo Sérgio, que estava em fase de transição após se recuperar de uma problema na coxa, sofreu uma nova contusão. O atleta foi diagnosticado com lesão grau um na panturrilha. O Timbu não informou quando o jogador ficará à disposição para retornar aos trabalhos.

Paulo Sérgio entrou em campo pela última vez no dia 30 de maio, no clássico diante do Sport, pela 11ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, na Ilha do Retiro. No domingo passado, o técnico do Náutico, Guilherme dos Anjos, chegou a dizer que o camisa 9 tinha previsão de volta no final de agosto, mas o novo problema físico atrasará o regresso.

"Ele está parado há mais de 60 dias. Começou a transição e deve levar uns 10, 15 dias para voltar. Está em um estágio diferente, não cumpriu algumas etapas de alta intensidade no mesmo nível que Vinícius. Por ter ocorrido uma nova lesão no processo, nós buscamos ter um pouco mais de atenção", salientou o treinador, antes de saber da contusão na panturrilha.

Nova referência

Na ausência de Paulo Sérgio, Kauã Maranhão tem sido a referência no ataque do Náutico. "Ele é um jogador que merece todos os elogios. Pagou um preço alto, saiu, performou, voltou maduro, forte, consciente. Já disse e repito: se continuar evoluindo, não tenho dúvidas que terá uma possibilidade de venda até o final do ano", afirmou.

No Piauí, Kauã tinha marcado dez gols em 12 jogos pela Série D. Ao retornar ao Náutico, o atacante balançou as redes na derrota do Timbu por 2x1 para o CRB, no Rei Pelé, na vitória pelo mesmo placar, perante o Londrina, no Esportes da Sorte Aflitos, e mais recentemente no 1x1, também em casa, contra o Atlético-GO.

"Já estão olhando para o Maranhão. Um scouter (olheiro) ligou para mim, perguntando sobre o atleta. É bom ver um jovem entrando em uma função tão querida principalmente no Nordeste", elogiou.

O Náutico volta a campo na sexta-feira, contra a Ponte Preta, no Moisés Lucarelli, pela Série B.

PREFEITURA DE PETROLINA/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 - PA Nº 278/2026. Objeto: Contratação de empresa para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL(IS) PARA PATRULHA MECANIZADA - SEDRU**. Valor Global Estimado: R$ 208.410,90. Edital disponível na Secretaria de Licitações e Contratos, no seguinte endereço: Av. Guararapes, 2114, 2º andar, Centro, Petrolina-PE, Tel.: (87) 3983-6419, na página Oficial da Prefeitura M. de Petrolina: www.petrolina.pe.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e Disponível também na plataforma do Portal de Compras Públicas, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. **Entrega das propostas a partir do dia 13/08/2026, às 09h00 (nove horas)** e **Abertura das propostas: 26/08/2026, às 09h (nove horas)**, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Petrolina/PE, 11/08/2026

Everton Brito do Nascimento Batista

Agente de Contratação/Pregoeiro - Portaria n° 0132/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 031/2026-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 027/2026-FMS. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AO APARELHAMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA, NO HOSPITAL DA MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE, UPA 24 HORAS E DAS UNIDADES DE ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ATENÇÃO PRIMÁRIA. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 1.266.109,06. **Início do Acolhimento das Propostas:** 12/08/2026, através do Sistema do Portal de Compras de Carpina (www.comprascarpina.com.br). **Abertura das Propostas:** 24/08/2026, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do Sistema Portal de Compras de Carpina (www.comprascarpina.com.br) e também no site Oficial do Município: www.carpina.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Praça São José, 95 - Bairro: São José - Carpina - PE.

Carpina/PE, 11/08/2026

Eronildo da Silva Gomes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/PE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2026.07.15.02
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

Extrato de Contrato. **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026. Fundamento da Contratação:** Artigo 28, inciso II, c/c 29 da Lei Federal nº. 14.133/2021. **Partes:** O Município de Parnamirim/PE, através da Prefeitura Municipal e a empresa: **MJR CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº. 20.071.184/0001-74. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES - MSD, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS RUAS UM, TRÊS, QUATRO, ADAUTO DE SÁ COSTA, FRANCISCO AGRA, ONZE, AVENIDA CENTRAL, GALDINO GONÇALVES LIMA, JOAQUIM DANIEL PONTES, PADRE CÍCERO, CAP. JOÃO LOPES MACHADO, ARISTANDO FERREIRA LIMA, RODERICO AMANDO AGRA POPULAR, MARIA ALICE CABRAL, BR-316 E JOSÉ LISBOA DOS SANTOS (LOT), LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/PE, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 00923/2024, SIAFI Nº 969687/2024. Valor Total do Contrato: R$ 664.758,24** (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos). **Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses. **Signatários:** Lucélio Múcio Moura Angelim e Mariano Modesto Ferraz Neto.

Parnamirim/PE, 15 de julho de 2026

Lucélio Múcio Moura Angelim

Prefeito Municipal

LOTERIAS

LOTOFÁCIL 3759

01 02 04
05 06 07
09 10 11
12 13 14
17 24 25

DIA DA SORTE 1269

06 13 16 21
25 28 29

mês da sorte: Abril

MEGA-SENA 3043

10 11 16
37 42 53

TIMEMANIA 2427

03 06 09 24
31 37 71

time do coração
Vila Nova/GO

QUINA 7089

26 33 40
55 69

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO/PE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 041/2026. PMR. Concorrência Nº 010/2026; Obras; Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação em paralelepípedos graníticos na Travessa Santos Dumont no Município de Ribeirão/PE. Valor Estimado: R$ 68.593,96 (sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos). **Recebimento das propostas até: 28/08/2026 às 08h00min (horário oficial de Brasília); Início da sessão de disputa de preços: 28/08/2026 às 09h30min (horário oficial de Brasília)**. Edital na íntegra à disposição dos interessados através do site do BNC: www.bnc.org.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e/ou na Sala do Setor de Licitações, 1º andar na Prefeitura Municipal de Ribeirão, situada na Praça Estácio Coimbra, 359 - Centro, Ribeirão/PE, e-mail: cpl.ribeiraope@gmail.com. Informações complementares através da Bolsa Nacional de Compras - BNC, fone/ WhatsApp: 42 3026-4550, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com o Agente de Contratação do Município de Ribeirão, no endereço acima citado, de segunda à sexta-feira, das 08hs às 13hs.

Ribeirão/PE, 11 de agosto de 2026

Ana Carolina Coelho Jordão

Prefeita

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Copa do Brasil: quartas terão três clássicos

DA REDAÇÃO
COM ESTADÃO CONTEÚDO

A CBF definiu, em sorteio realizado ontem, os confrontos das quartas de final da Copa do Brasil, com três clássicos. O Palmeiras enfrenta o Santos, enquanto Grêmio e Inter protagonizam um Gre-Nal, e Atlético-MG e Cruzeiro fazem nova edição do clássico mineiro. Vasco e Vitória se enfrentam no embate de menor rivalidade.

Conforme estabelecido também por sorteio, Internacional, Cruzeiro, Vasco e Palmeiras decidem em casa. Nas semifinais, o vencedor do Gre-Nal - com jogos nos dias 27/8 e 3/9, ambos às 20h - enfrenta o sobrevivente dos confrontos em Minais Gerais - em 25/8 e 1/9, ambos às 21h. A outra semi será entre o clube que vencer o Clássico da Saudade - 26/8 e 2/9, às 21h30 - e aquele que levar a melhor em Vitória x Vasco, que se enfrentam em 26/8 e no dia 2/9, também às 21h30.

Novidade

Uma novidade nas quartas será a implementação da tecnologia do impedimento semiautomático, que já está em vigor no Campeonato Brasileiro desde a 20ª rodada. Nove das 10 regras de arbitragem aprovadas pelos clubes na última segunda, 10, também devem entrar em prática nesta etapa do torneio.

CLASSIFICADOS

IMÓVEIS
Apartamentos
Vendem-se

AGUA FRIA

LP 218 APARTAMENTO C/ 59 M, 2 QUARTOS,VARANDA, WC SOCIAL, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZIN, WC DE SERV, C/ ARM NA COZ, 1 VAGA, PLAY, QD, S/ DE FESTA, ELEV, R$ 250 MIL; TELEFONE-99191-9003/ CRECI 9355J

LP APTO COM 59 M, 2 QUARTOS,VARANDA,WC SOCIAL, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZIN, WC DE SERV, C/ ARM NA COZ, 1 VAGA, PLAY, QD, SALÃO DE FESTA, ELEV, R$ 250 MIL; TELEFONE-99191-9003/ CRECI 9355J

BOA VISTA

LP 354 EDF. N.S. DO PILAR APTO C/ 110 M, 3 QT, ST, VAR, SL P/ 02 AMB, COZ, ARM WC SOC, DCE, 1VG, ELEV, R$ 330 MIL, AC FINANC, FONE - 99191-9003 /CRECI 9355J

LP2113 APARTAMENTO NA BOA VISTA COM 92 M, 2 QUARTOS DCE,SALA P/ 02 AMBS, COZ WC SOC, COM ARM, 1VG, ELEV, R$ 275 MIL,AC. FINANC, FONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 354 EDF. N. S. DO PILAR APARTAMENTO C/ 110 M, 3 QT, ST, VAR, SALA P/ 02 AMB, COZ, ARM WC SOC, DCE, 1VG, ELEV, R$ 330 MIL, ACEIT. FINANC, FONE - 99191-9003 /CRECI 9355J

LP 354 EDF. N.S. DO PILAR APTO C/ 110 M, 3 QT, ST, VAR, SL P/ 02 AMB, COZ, ARM WC SOC, DCE, 1VG, ELEV, R$ 330 MIL, AC FINANC, FONE - 99191-9003 /CRECI 9355J

CASA AMARELA

LP 334 APART. COM 120 M, 3 QT, SL PARA 02 AMB.,COZ,WC SOC, DCE, 1 VG, R$ 250 MIL,ACEIT. FINANCIAMENTO, FONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 334 APARTAMENTO C/ 120 M, 3 QUARTOS, SL P/ 02 AMB,COZINHA, WC SOC, DCE, 1 VAGA, R$ 250 MIL, ACEIT. FINANC, F - 99191 9003/CRECI 9355J

LP APARTAMENTO COM 120 M, 3 QUARTOS, SL P/ 02 AMB,COZINHA, WC SOC, DCE, 1 VAGA, R$ 250 MIL, ACEIT. FINANCIAMENTO, FONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 334 APART. COM 120 M, 3 QT, SL PARA 02 AMB.,COZ,WC SOC, DCE, 1 VG, R$ 250 MIL,ACEIT. FINANCIAMENTO, FONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 334 APARTAMENTO C/ 120 M, 3 QUARTOS, SL P/ 02 AMB,COZINHA, WC SOC, DCE, 1 VAGA, R$ 250 MIL, ACEIT. FINANC, F - 99191 9003/CRECI 9355J

ENCRUZILHADA

LP 337 APARTAMENTO C/ 70 M COM 3 QUARTOS, 1 SUITT,VAR, SALA PARA 02 AMBIENTES, WC SOC E WC DE SERV COZINHA, AREA DE SERV, COM ARMÁRIO E MOBIL, NASC., ELEV, LAZER COMP, 1 VG, ACEIT. FIN., R$ 440 MIL, FONE - 99191-9003 / CRECI 9355J

LP APARTAMENTO COM 70 M COM 3 QUARTOS, 1 SUITT,VAR, SALA PARA 02 AMBIENTES, WC SOC E WC DE SERV COZINHA, AREA DE SERVIÇO, COM ARMÁRIO E MOBIL, NASC., ELEV, LAZER COMP, 1 VG, ACEIT. FIN., R$ 440 MIL, FONE - 99191-9003 / CRECI 9355J

LP 337 APARTAMENTO C/ 70 M COM 3 QUARTOS, 1 SUITT,VAR, SALA PARA 02 AMBIENTES, WC SOC E WC DE SERV COZINHA, AREA DE SERV, COM ARMÁRIO E MOBIL, NASC., ELEV, LAZER COMP, 1 VG, ACEIT. FIN., R$ 440 MIL, FONE - 99191-9003 / CRECI 9355J

GRACAS

LP 376 APTO C/ 91 M, 3 QTS, VAR,WC SOC, DCE, SL P/02 AMB, COZ, COM ARM, ELEV, 1VG, R$ 260 MIL, ACEIT. FINANC.TELEFONE: 99191-9003/ CRECI 9355J

LP 311 APART. COM 91 M, 3 QTS SAL P/ 02 AMBIENTES, COZINHA, WC SOCIAL, VARANDA, DCE, COM ARMÁRIO, ELEVADOR, 1 VAGA R$ 250 MIL, ACEITAM. FINANC, LIGAR FONE - 98696 7550/ CRECI 9355J

LP APARTAMENTO COM 91 M, 3 QTS, VAR, WC SOC, DCE, SL P/02 AMB, COZ, COM ARM, ELEV, 1VG, R$ 260 MIL, ACEIT. FINANC.TELEFONE: 99191-9003/ CRECI 9355J

LP 376 APTO C/ 91 M, 3 QTS, VAR,WC SOC, DCE, SL P/02 AMB, COZ, COM ARM, ELEV, 1VG, R$ 260 MIL, ACEIT. FINANC.TELEFONE: 99191-9003/ CRECI 9355J

LP 311 APART. COM 91 M, 3 QTS SAL P/ 02 AMBIENTES, COZINHA, WC SOCIAL, VARANDA, DCE, COM ARMÁRIO, ELEVADOR, 1 VAGA R$ 250 MIL, ACEITAM. FINANC, LIGAR FONE - 98696 7550/ CRECI 9355J

MADALENA

LP 227 P/ MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

PARA MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 227 PARA MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

PARA MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP 227 PARA MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

LP PARA MORAR E INVESTIR NA BEIRA RIO STUDIO COM 40M, 1QUARTO, SALA PARA 02 AMBS, COZINHA,WC SOCIAL, TODO COM ARM E MOBILIAD0, ELEVAD, LAV, LAZER COMPLETO, 1 VAGA, R$ 385 MIL, AC. FINANC, TELEFONE - 99191 9003/CRECI 9355J

DIVERSOS
Serviços
Profissionais

SERVIÇO

VAGAS PARA APOSENTADOS E INCLUSIVE POR INVALIDEZ TRABALHO LEVES PRESENCIAL OU REMOTO. OTIMA REMUNERACAO, FALAR COM SR. LUNA. FONE:(81)9.8503-1988. HORARIO COMERCIAL.

VAGAS PARA APOSENTADOS E INCLUSIVE POR INVALIDEZ TRABALHO LEVES PRESENCIAL OU REMOTO. OTIMA REMUNERACAO, FALAR COM SR. LUNA. FONE:(81)9.8503-1988. HORARIO COMERCIAL

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Administração Regional do Estado de Pernambuco - SENAR-AR/PE
Localizado na Rua São Miguel, nº 1050 – Afogados – Recife/PE
Comissão Permanente de Licitação

AVISO RESUMIDO DE EDITAL – KIT DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026
PROCESSO Nº DEMATECH Nº 00054.000005/2026-00 – PROCESSSO SENAR-AR/PE Nº 030/2026

AVISO RESUMIDO DE EDITAL - LOCAÇÃO DE NOTEBOOKS

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026
PROCESSO DEMATECH Nº 00003.000053/2026-00 – PROCESSO SENAR-AR/PE Nº 055/2026

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO SENAR-AR/PE - através da sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, instituída pela Portaria nº. 007/2026, nos termos do Regulamento de Licitação e Contratos do SENAR, torna público que promoverá LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, sendo: **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO VALOR GLOBAL POR LOTE, nº 002/2026**, destinado a aquisição de insumos hospitalares e prevenção de saúde, além de materiais de higiene pessoal, com abertura prevista para o dia 18/08/2026, às 09:00, e o **PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL** nº 003/2026, destinado a locação de notebooks, com abertura prevista para o dia 19/08/2026, às 09:00, todos na sede do SENAR-AR/PE, na Rua São Miguel, nº. 1.050, Bairro de Afogados, Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50770-720, conforme especificações editalícias. Os Editais e demais informações poderão ser obtidos no endereço acima mencionado e através dos e-mails - licitacao@senar-pe.com.br ecompras@senar-pe.com.br, no horário comercial, a ser publicado em 12 de agosto de 2026.

Presidente da CPL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Português do Recife, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 36, inciso II dos Estatutos, convoca os Associados Proprietários, maiores de dezoito anos de idade, para a Assembleia Geral Ordinária a que se refere o artigo 46 e seus parágrafos, dos mesmos Estatutos, a realizar-se em sua sede social, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 172, nesta Cidade do Recife, no dia 26 de agosto de 2026, às 18h(dezoito horas) em primeira convocação, com a presença da maioria dos Associados Proprietários, ou trinta minutos depois, em segunda convocação, com a presença mínima de 30 (trinta) Associados Proprietários, para apreciação e votação das seguintes matérias:

I – Relatório e Contas da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026;
II – Eleição dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal, para o biênio a iniciar-se em 1º de setembro de 2026 a 30 de agosto de 2028, só podendo a escolha recair em Associados Proprietários maiores de dezoito anos de idade.

Recife, 07 de agosto de 2026

João Fernandes Bravo Filho
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÕES 2026

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PASTELARIA, ROTISSERIA, CONFEITARIA E PIZZA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINPORAPI, inscrito no CNPJ nº 40.858.201/0001-49, com sede na Rua Antônio Farias, nº 212, Piedade, Jaboatão dos Guararapes – PE, por seu Presidente, Sr. Reginaldo José do Nascimento, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e quites com suas obrigações sociais para participarem da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária – Eleições 2026, a serem realizadas no dia 14 de setembro de 2026, na sede da entidade.

I – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Assembleia Geral Ordinária será instalada às 08h00, em primeira convocação, e às 08h30, em segunda convocação, para deliberar sobre:

a) Apreciação, discussão e aprovação da Prestação de Contas dos exercícios financeiros de 2023, 2024 e 2025;
b) Apreciação e aprovação da Previsão Orçamentária para o exercício seguinte;
c) Outros assuntos de interesse da categoria.

II – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÕES

Na mesma data, 14 de setembro de 2026, das 10h00 às 14h00, será realizada a Assembleia Geral Extraordinária destinada à eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, para o mandato de 2026/2029.

Serão eleitos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 02 (dois) suplentes de Diretoria, Conselho Fiscal composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, e 02 (dois) Delegados Representantes junto à FIEPE e 02 (dois) suplentes.

III – DO PROCESSO ELEITORAL

1. A publicação deste Edital ocorrerá em 12 de agosto de 2026.
2. O prazo para registro de chapas será de 12 a 26 de agosto de 2026, observado o prazo de 15 (quinze) dias previsto no Regulamento Eleitoral, mediante requerimento protocolizado na Secretaria do SINPORAPI.
3. Durante o período de registro, a Secretaria Eleitoral funcionará das 08h00 às 16h00, em dias úteis. Eventual irregularidade na documentação será comunicada ao interessado para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, na forma do Regulamento Eleitoral.
4. Encerrado o registro de chapas, a relação das chapas e dos candidatos registrados será afixada no Quadro de Avisos da Entidade no prazo regulamentar de 24 (vinte e quatro) horas, previsto para 27 de agosto de 2026.
5. O prazo para impugnação de candidaturas será de 28 de agosto a 1º de setembro de 2026, observado o prazo de 05 (cinco) dias previsto no Regulamento Eleitoral.
6. Havendo impugnação, o candidato impugnado será cientificado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para apresentação de defesa no prazo regulamentar de 05 (cinco) dias.
7. Após a instrução do processo de impugnação, será convocada reunião da Diretoria no prazo regulamentar de 03 (três) dias para julgamento, com afixação da decisão no Quadro de Avisos da Entidade.
8. Da decisão caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contado da fixação da decisão, à Assembleia Geral, que decidirá por maioria simples, conforme o Regulamento Eleitoral.
9. A votação será realizada no dia 14 de setembro de 2026, das 10h00 às 14h00, na sede do Sindicato, situada na Rua Antônio Farias, nº 212, Piedade, Jaboatão dos Guararapes – PE.
10. Encerrada a votação, será iniciada imediatamente a apuração dos votos, sendo o resultado proclamado pela Mesa Eleitoral.
11. Os casos omissos serão resolvidos na forma do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral do SINPORAPI.

E, para que produza seus efeitos legais e estatutários, expede-se o presente Edital de Convocação.

Jaboatão dos Guararapes – PE, 12 de agosto de 2026.
REGINALDO JOSÉ DO NASCIMENTO
Presidente – SINPORAPI

NOTIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE EXUMAÇÃO DE RESTOS MORTAIS Nº 06/2026

O cemitério SERPOS - SERVICOS POSTUMOS LTDA, CNPJ sob nº 04.811.849/0001-04, Telefone: 0800 123 4848, representado por seu Diretor, EMERSON MATOS, portador do CPF nº 655.308.454-87, torna pública a convocação dos Srs. ALCYANNA CARDOSO DE LEMOS SILVA (contrato nº 026051), ALEXANDRO PESSOA DO NASCIMENTO (contrato nº 033921), ALTO NADLER FILHO (contrato nº 001787), AMARO B. DE OLIVEIRA (contrato nº 033483), ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA DUARTE (contrato nº 003023), ANA CRISTINNE BEZERRA NUNES DA SILVA (contrato nº 030805), ANA LETYCIA CRESPO DE SENNA CARVALH (contrato nº 031123), ANA MARIA FREIRE LUNA (contrato nº 002408), ANA PAULA GALVAO GERMINIO (contrato nº 002550), ANAILDA PEREIRA DA SILVA (contrato nº 032127), ANDERSON FRANCISCO DOS SANTOS (contrato nº 001780), ANDREA KARINA GONCALVES DOS SANTOS (contrato nº 603216), ANDRE HENRIQUE PIMENTEL LUCENA (contrato nº 002169), ANNE CABRAL RABELO (contrato nº 003075), BRENDA GUERRA INTERAMINENSE (contrato nº 027178), CARLOS ANTONIO ARAUJO BARBOSA (contrato nº 000755), CARSTEN JOHANSEN (contrato nº 002977), CECILIA HELENA JOINVILLE C. MENDONCA DIAS (contrato nº 000041), CECILIA MARIA LYRA DE SOUZA LEAO (contrato nº 032973), CHRISTIANE CORDEIRO SOUTO NEVES (contrato nº 603510), CORDALIA CAMPELO RODRIGUES DE SOUZA (contrato nº 034250), CRISTIANNE GOMES VALOIS CATEL (contrato nº 031714), CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA (contrato nº 029390), DIEGO FALCAO CASTANHA (contrato nº 032074), ELAINE LINS RODRIGUES (contrato nº 026850), ERIKA ALVES DA SILVA (contrato nº 032213), ERLY MIRANDA DA ROCHA (contrato nº 000403), ETIENE RIZZUTO PACHECO (contrato nº 003225), FEDERICO BRESANI SALVI (contrato nº 032349), FELIPE ALMEIDA COSTA (contrato nº 000991), FERNANDO ANTONIO LINS DUARTE (contrato nº 030922), FRANCISCO RIGARTE DA SILVA (contrato nº 001333), GABRIEL ANDRADE LEITAO DE MELO (contrato nº 026746), GABRIEL LEAL CAVALCANTI (contrato nº 025616), GABRIEL SOUZA VASCONCELOS (contrato nº 002157), GERALDO JOSE DORNELLAS CAMARA FILHO (contrato nº 034408), GERMANO RODRIGO PACHECO DE SA BARRE (contrato nº 030921), GILSON ANTONIO JUVENAL (contrato nº 032211), GILVAN LOURENCO (contrato nº 002790), GRACINHA MARIA FERREIRA DA PAIXAO S (contrato nº 003523), HERACLYDES DE SOUZA VIANA FILHO (contrato nº 031821), HUGO LEONARDO DE LIMA MELLO (contrato nº 032737), INALDA MARINHO DA SILVA LAGOS (contrato nº 003280), ISAIAS SANTOS MEDEIROS (contrato nº 601525), ISIS DE OLIVEIRA ALMEIDA (contrato nº 026726), IVONETE DIAS PESSOA (contrato nº 034530), JOAO PAULO LEMOS (contrato nº 033362), JOSE ERIVALDO SANTOS RAMOS (contrato nº 002428), JULIANA CAROLINO DA SILVA COSTA (contrato nº 003153), LEDICLERE L'AMOUR SILVA (contrato nº 031617), LELINO MANZELA DOS SANTOS FILHO (contrato nº 002912), MANOEL DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO (contrato nº 029259), MARCOS ANDRE VIEIRA DE ALBUQUERQUE (contrato nº 027806), MARCOS ELIAS DA COSTA (contrato nº 002330), MARCOS SERGIO DA SILVEIRA ALVES (contrato nº 032386), MARIA ANGELICA FERREIRA FRANCA (contrato nº 032750), MARIA BETANIA ALVES (contrato nº 003451), MARIA CLAUDIA PIMENTEL ODENHEIMER DAHER (contrato nº 033786), MARIA DAS GRACAS FREITAS BEZERRA (contrato nº 033058), MARIA DO CARMO PEREIRA SILVESTRE (contrato nº 000729), MARIA DOS PRAZERES SILVA (contrato nº 031136), MARIA ISABEL CESARIO REGIS FAZIO (contrato nº 025952), MARIA LUCIA DANTAS DA SILVA (contrato nº 032129), MARIO MAGALHAES DE MELO JUNIOR (contrato nº 002246), MARLINDA ESTRELA PONCE LEON DE SOUZ (contrato nº 029198), MARYSTELLA DANTAS GOMES PINTO (contrato nº 001882), NEIDE MARIA C. DA SILVA (contrato nº 034040), PAULO JOSE ALBUQUERQUE DE MELO (contrato nº 003460), RAPHAEL DANTAS DE FARIAS (contrato nº 028112), RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA TUCCIM (contrato nº 032861), RODRIGO MACIEL DE MORAES (contrato nº 002191), ROSA MARIA VIEIRA DE LYRA (contrato nº 003358), SANDRA CLAUDIO (contrato nº 032188), SILVIO RONALDO BEZERRA DA SILVA (contrato nº 032370), SOLANGE CRISTINA PIMENTA (contrato nº 003060), UBIRAJARA LORENS (contrato nº 033216), VALDIR PEIXOTO VILA NOVA (contrato nº 026198), VERONICA ALBUQUERQUE LINS (contrato nº 002978), WELLINGTON PADILHA BANDEIRA DE CARV (contrato nº 002598), WILLAMI MATIAS DURAND FILHO (contrato nº 033373), a comparecerem na Administração do cemitério, no endereço Avenida Presidente João Goulart, 2118 - Vila Torres Galvão, Paulista/PE, CEP 53.403-560, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação, portando o Atestado de óbito Original do(a) falecido(a) para acompanhar a exumação e demais providências quanto aos restos mortais. O não comparecimento implicará na exumação e guarda no ossário geral do Cemitério. Emerson Matos - Diretor

NOTIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE EXUMAÇÃO DE RESTOS MORTAIS Nº 07/2026

O cemitério SERPOS - SERVICOS POSTUMOS LTDA, CNPJ sob nº 04.811.849/0001-04, Telefone: 0800 123 4848, representado por seu Diretor, EMERSON MATOS, portador do CPF nº 655.308.454-87, torna pública a convocação pelo comparecimento dos responsáveis pelos restos mortais dos Srs.(a), ANDRE LUIZ MARQUES DE SOUZA (contrato nº 000470), HUMBERTO CORREA DE OLIVEIRA ANDRADE (contrato nº 001539), MARTHA LUCIA CATAO ZENAIDE DE AZEVE (contrato nº 001106), ROBERTO LEITE RIBEIRO (contrato nº 000317), todos acima citados já falecidos, a comparecerem na Administração do cemitério, no endereço Avenida Presidente João Goulart, 2118 - Vila Torres Galvão, Paulista/PE, CEP 53.403-560, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data desta publicação, portando o Atestado de óbito Original do(a) falecido(a) para acompanhar a exumação e demais providências quanto aos restos mortais. O não comparecimento implicará na exumação e guarda no ossário geral do Cemitério. Emerson Matos - Diretor

D4Sign 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Publicidade pdf

Código do documento 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Aug 2026, 00:27:38
Documento 6b5d8766-f700-46ed-b2a7-a12b2f0e508a **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-12T00:27:38-03:00

12 Aug 2026, 00:28:10
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-12T00:28:10-03:00

12 Aug 2026, 00:28:24
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.103.42.221 (mvx-187-103-42-221.mundivox.com porta: 57502). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2026-08-12T00:28:24-03:00

Hash do documento original
(SHA256):9b4cf40441bca5820f24b23f3ebefe3dd106a3aab68f93538bd29a419420cfcc
(SHA512):ec034c89f99b0bbcc1365697f6097dfffe40a0cb414a4fcd52aa1c6872ab737fa412a66e40f6145ac9de49492a930c02d28662c0fd46ce5e48e81c455e96f358

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.